

Reagan pensa em soluções para nossa dívida

Segundo fonte oficial, o presidente dos EUA quer a fixação de um teto para os juros e a abertura dos mercados dos países ricos a nossas exportações.

A politização da questão da dívida externa, iniciada com a convocação da reunião de chanceleres prevista para Bogotá, parece estar obtendo resultados. Ontem, um alto funcionário do governo norte-americano afirmou que o presidente Ronald Reagan (foto) está inclinado a aceitar a proposta de se fixar um teto para os juros incidentes sobre a dívida externa latino-americana.



deverão absorver mais do que o que for compatível com a manutenção de níveis adequados de produção interna.

Esforços internacionais

Em Hamburgo, o ministro de Cooperação Econômica da Alemanha Ocidental, Juergen Warnke, por sua vez, reconheceu ontem que "são

necessários esforços internacionais para superar a crise do endividamento do Terceiro Mundo". Em sua opinião, as altas taxas de juros dos países industrializados aniquilam as tentativas dos países em desenvolvimento para reordenar suas economias.

Para ele, o caminho correto a longo prazo seria uma "sólida política econômica nos próprios países em desenvolvimento em conexão com a ajuda externa". Uma das formas de ajuda, de acordo com Warnke, seria a abertura dos mercados dos países ricos aos produtos do Terceiro Mundo.

Mas, além do ministro Juergen Warnke, também os bancos privados alemães parecem interessados em ajudar a América Latina. Uma alta fonte da área financeira alemã, por exemplo, disse ontem que, "efetivamente, os bancos germânicos mais importantes, que mantêm relações com a América Latina, estão interessados em conceder novos empréstimos para promover o intercâmbio comercial, a cooperação industrial e os investimentos, como forma de se superar o atual impasse".

— Contudo — explicou o dirigente alemão — o aumento das taxas de juros no mercado norte-americano é um verdadeiro problema para nós, porque prejudica qualquer outro projeto na medida em que favorece uma corrida de capitais ao mercado dos EUA, além de dificultar as operações de refinanciamento da dívida externa do Terceiro Mundo.

Em Madri, o embaixador argentino da Espanha, Hipolito Solari Yrigoyen, disse que o governo Alfonsín não permitirá que o pagamento da dívida externa asfixie a economia de seu país. Para ele, são "as receitas ortodoxas que nos conduziram a esta crise, acentuando as desigualdades sociais internas e pondo em perigo o exercício de nossa soberania".

Contrariando a opinião do secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan, que afirmou, há dias, não acreditar "que esses chamados 'novos enfoques' sejam uma solução universal para o problema", o funcionário do governo Reagan disse que o estabelecimento de limites para os juros internacionais pode ser "afiançado" na reunião de cúpula que será realizada na próxima semana em Londres, inclusive com uma abertura dos mercados dos países industrializados às nações em desenvolvimento e uma maior flexibilidade nos investimentos privados feitos no Terceiro Mundo.

Perguntado sobre o limite das taxas de juros, ou outras formas de aliviar o pagamento da dívida externa, o funcionário disse que "em nossa opinião é conveniente que os governos e os bancos privados busquem processos inovadores para encerrar o problema. Não nos oporíamos a tal coisa. Não imporíamos regras que atrasem esse processo".

A mesma fonte disse ainda que os EUA vão incentivar "as conversações entre credores e devedores para o desenvolvimento de novas técnicas que aliviem o peso da dívida externa sobre os países endividados".

Segundo algumas fontes, a reunião de chanceleres de Bogotá deverá discutir a proposta de fixação de limite para as taxas de juros e o estabelecimento de um esquema de pagamento da dívida em nove dias, com um período de carência de seis. Os pagamentos se iniciariam com somas relativamente pequenas que iriam aumentando gradualmente, com taxas de juros determinadas pela capacidade de pagamento e recuperação de cada país em particular.

A proposta em estudo prevê ainda que os pagamentos de cada país deverão ser proporcionais à sua receita anual com as exportações, e não